

AFRR0081

FOLHA DE S. PAULO

Domingo, 3 de fevereiro de 1991 política A-7

Demarcação de fronteira começa em 12 dias

EFRÉM RIBEIRO

Do enviado especial a Boa Vista

A comissão bilateral, que vai demarcar a fronteira entre o Brasil e Venezuela e é formada por 160 técnicos (cem venezuelanos e 60 brasileiros), deve iniciar o trabalho de colocação dos marcos na área em disputa entre os dois países no dia 15 de fevereiro, conforme informou o chefe da 1ª Comissão Brasileira de Demarcação de Limites (CDL), coronel Ivonilo Dias Rocha, 64.

Rocha disse que o trabalho da comissão bilateral deveria ter sido iniciado no dia 15 de janeiro, mas não foi executado porque a divisão de fronteiras do Ministério das Relações Exteriores não liberou os recursos para a viagem dos técnicos. O custo da demarcação está estimado em Cr\$ 96 milhões, segundo o secretário-geral de política exterior do Itamaraty, Marcos Azambuja.

Josué Filho, da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores afirmou em Brasília, em entrevista por telefone, que o chefe da divisão, Afonso Muzzi, está esperando a liberação dos cr\$ 96 milhões pelo Ministério da Economia para autorizar o início da demarcação. "Esperamos que até o dia 15 de fevereiro o Ministério da Economia libere os recursos necessários para a definição da fronteira entre os dois países". O diretor de fronteiras do Ministério de Relações Exteriores da Venezuela, o almirante Collazo, informou que o governo venezuelano já colocou em disponibilidade os Cr\$ 96 milhões, que serão utilizados para o trabalho dos técnicos do país. Segundo ele, a demarcação de terras na fronteira entre os dois países não está provocando polêmicas na Venezuela. "É um trabalho técnico de rotina."

O coronel Ivonilo Rocha afir-

mou que o cumprimento do cronograma do trabalho da comissão bilateral "depende exclusivamente da liberação dos recursos pelo governo federal". Ele disse que o trabalho de revisão de demarcação é feito todo ano. O chefe da 1ª CDL disse que o novo trabalho de demarcação vai colocar um marco a cada um quilômetro do divisor de águas na Serra do Parima. São 5.000 Km² de área. Em alguns casos serão colocados marcos a cada 50 metros da área para evitar novas polêmicas. Os

marcos, conforme Rocha, são de concreto e ficarão cerca de 1,2 metro acima do solo. Ele disse que os marcos serão fincados no solo com profundidade de até 1,1 metro. Rocha prevê que a demarcação da fronteira deve durar até três meses, terminando em abril.

A maioria dos técnicos da comissão bilateral é formada por engenheiros e militares especializados em desenho, cartografia, construção e na floresta da região: Por estar dentro da selva, o

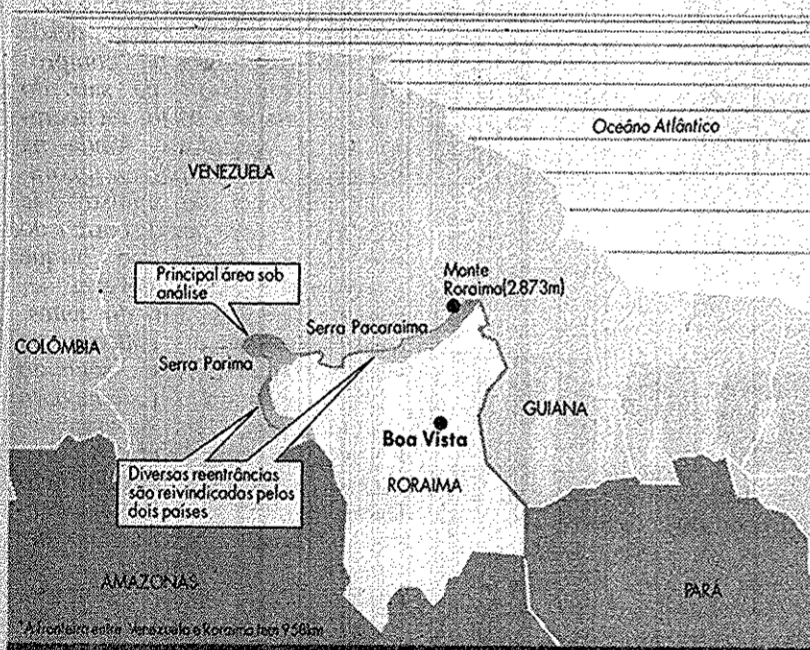
local é de difícil acesso. Rocha disse que a comissão bilateral pretende contratar 80 trabalhadores para o serviço de carreamento de pedras e trabalho manual mais pesado. Ele afirmou que há um consenso entre os governos brasileiro e venezuelano para que a demarcação respeite o divisor de águas. As terras banhadas pelas águas das chuvas, que vão para o rio Amazonas, são do Brasil e as que caem para o rio Orinoco são da Venezuela.

Viajou, na semana passada, pa-

ra Brasília uma comissão de 12 deputados da Assembléia Legislativa de Roraima. Flávio dos Santos Chaves (PFL), 39, disse que os deputados queriam ser ouvidos pela comissão bilateral para que Roraima não perca "terras e riquezas em minérios".

As entidades indigenistas estão indiferentes à demarcação da fronteira entre Brasil e Venezuela. O presidente da Funai de Roraima, Glênio da Costa, disse que, para os índios, não existe fronteira entre os dois países.

A ÁREA EM DISPUTA *



Movimento defende Estado

Do enviado especial a Boa Vista

A discussão sobre a demarcação da fronteira entre o Brasil e Venezuela fortaleceu o Movimento contra a Internacionalização de Roraima formado por 80 fazendeiros, comerciantes e agropecuaristas do Estado, contra a demarcação de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O diretor do movimento, Riobranco Brasil, disse que as manifestações promovidas pela entidade, na semana passada, contra "a devolução de terras de Roraima para a Venezuela" reuniram mais de 2 mil pessoas e "reanimaram o movimento contra a pretensão dos indigenistas e Igreja Católica progressista, que defende a criação de uma nação indígena em Roraima".

O movimento, criado no ano

passado, quer impedir que a Funai transforme em área única as terras indígenas dos makuxi, ingariço e ianomami, onde moram cerca de 20 mil índios. O bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano divulgou ontem uma nota que diz que o movimento contra a internacionalização de Roraima é formado por fazendeiros e agropecuaristas filiados a União Democrática Ruralista (UDR) e garimpeiros que "invadem terras indígenas".

Segundo o bispo, os líderes do movimento aproveitaram as manifestações para "impedir que a Funai demarque as terras indígenas, como prevê a Constituição Federal". A Constituição prevê que o governo deve demarcar as áreas indígenas até 1993. (ER)